

— *Relatório sobre o Estado da Igreja em Portugal* (1813) (Versão adaptada da *Demografia e aspectos culturais do país de Lisboa durante o antigo Regime*, Porto).

— *Mapa Histórico e Político do Reino de Portugal* (1798), "Rev. da Faculdade de Letras", Porto, 1974.

Neves, José António das. *Segunda República Portuguesa e Administração sobre as estruturas das elites*, "Universo Científico", IV.

Oliveira, João Nunes de. *A Serra Alta de 1764*, Cidades e instituições, Coimbra, 1992, 2 vols.

Pires, Mário Luís. *Beneditinos, Portugal e a Europa*, Lisboa, 1981.

Sideri, Sándor. *Comércio e Poder, Colónias e Independência nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Lisboa, 1970.

Silva, Albert. *Le Portugal mérovingien et le 2<sup>e</sup> Empire Régime le centre principal*, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Democrático*, 146, Horizonte, Lisboa, 1972.

— *Le Portugal mérovingien et le 2<sup>e</sup> Empire Régime le centre principal* (1921-23), Porto, 1974.

Vandelli, Domingos. *Monarquia e Liberdade de 1808*, em António de Oliveira, *Os*

## Para o Estudo da Irmandade de São Pedro Mártir no final do Século XVIII

Ricardo Pessa de Oliveira

A Irmandade de São Pedro Mártir, fundada em 1783, no âmbito da

Irmandade de São Pedro Mártir, fundada em 1783, no âmbito da

A Irmandade de São Pedro Mártir, fundada em 1783, no âmbito da

A Irmandade de São Pedro Mártir, fundada em 1783, no âmbito da



1. Associações de fiéis constituídas com o fim de exercerem obras de piedade ou caridade e de promoverem o culto público, as confrarias são de vários tipos. Um dos critérios apontado e mormente aceite para as diferenciar é aquele que as distingue através da sua principal função. Temos então as confrarias penitenciais, as caritativas, as devocionais e as de ofícios. É no seio do terceiro tipo que parece caber a Irmandade São Pedro Mártir, uma vez que neste cabem as vocacionadas para a celebração de uma devoção especial e as que visam promover uma outra qualquer devoção. Entre outros critérios de diferenciação encontra-se o proposto por Luís Maldonado, o qual se baseia na forma de acesso à confraria, o que ajuda a determinar se se tratam de confrarias abertas, fechadas ou de admissão automática, sendo que as do último tipo são compostas por irmãos que entram naturalmente, em virtude da sua filiação<sup>1</sup>.

Espaços de solidariedade e integração no seio de determinado grupo, as confrarias, pelo menos parte delas, tiveram origens medievais. “Entre as diversas formas de assistência medieval portuguesa, merecem especial referência as confrarias: solidariedades horizontais de oração e caridade entre vivos e para com os mortos. Estas associações de cristãos, de «fiéis», espalharam-se pela Europa a partir dos séculos IX-X e tiveram um incremento importante graças à acção das ordens mendicantes, sobretudo a de São Francisco”<sup>2</sup>. Tendo como antecedentes os *collegia* romanos e as *guildas* germânicas, as primeiras confrarias, em Portugal, remontam ao século XII, contudo o seu grande surto desenvolver-se-ia nos séculos XIII e XIV. Mais tarde, já na modernidade, concretamente no século XVI, viria a verificar-se novo entusiasmo. Sendo consideradas importantes formas de acção social, de iniciativa, aparentemente mais «espontânea»<sup>3</sup>, as confrarias constituíram um instrumento da Igreja, através do qual conseguia que o seu «rebanho» exercesse as suas obrigações enquanto cristãos, com a opção de o fazer em grupo, contribuindo para o fortalecimento do catolicismo. “A par das práticas religiosas obrigatórias – participação na missa e nos sacramentos – as facultativas, nomeadamente as confrarias, permitiam ao indivíduo participar em práticas de devoção e, em especial, associar-se às cerimónias fúnebres dos confrades”<sup>4</sup>. Multiplicavam, em última análise, os tempos, espaços e formas de sociabilidade ainda que centradas ao redor das festividades de vertente religiosa.

<sup>1</sup> Luís Maldonado, *Para compreender el catolicismo popular*, Estella, 1990, *apud* Pedro Pentead, “Confrarias”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-460.

<sup>2</sup> Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989, p. 101.

<sup>3</sup> Francisco Bethencourt, “Os equilíbrios sociais do Poder”, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. III (*No Alvorecer da Modernidade 1480-1620*) coordenação de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Estampa, 1993, p. 149.

<sup>4</sup> Maria de Fátima Reis, *Santarém no tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 274.



2. A Inquisição em Portugal, à semelhança do que se verificou em Castela e Aragão, vai criar confrarias sob a invocação de São Pedro Mártir. Estas ligavam-se ao funcionalismo do tribunal. Pedro Mártir, ou de Verona, religioso dominicano que viveu no século XIII, nasceu na localidade de Verona no seio de uma família herética. Na cidade de Milão, no ano de 1232, criou duas instituições para combater as heresias – Sociedade da Fé e dos Fiéis e Sociedade da Virgem Maria. Nomeado pelo Papa Inocêncio IV foi, no ano de 1251, inquisidor apostólico nas cidades de Como e de Milão. Tendo suscitado a fúria dos cátaros e gibelinos viria a ser assassinado nesse mesmo ano. Foi canonizado no ano seguinte. Após a morte do dominicano a Sociedade da Fé mudou o nome para Sociedade de São Pedro Mártir, passando a festejar o dia do seu santo a 29 de Abril. É desta forma que nasce a confraria<sup>5</sup>.

Na Península Ibérica a criação da Irmandade deveu-se à iniciativa da própria Inquisição. Em Castela, surgiu no ano de 1604, quando a 8 de Maio uma carta acordada do Conselho da Inquisição de Castela ordenou a instituição de confrarias sob a invocação de São Pedro Mártir com a participação de todos os ministros e oficiais do Tribunal. No entanto as primeiras confrarias precederam esta carta, existindo, em 1603, em Madrid, Valência e Córdoba<sup>6</sup>.

Em 1266, o Papa Clemente IV enviou uma bula, ao arcebispo de Braga e aos restantes prelados de Portugal, na qual ordenava que se celebrasse a festa de São Pedro no dia 29 de Abril. “E daquelle tempo em diante ficou celebre neste Reino a memoria do glorioso S. Pedro [e] sendo levantado nelle por auctoridade Appostolica o sagrado Tribunal do santo officio, logo os ministros da santa Inquisição ellegerão a este santo por seu Protector e padroeiro e instituirão nas cidades onde residem os tribunaes Irmandades em louvor e honra do glorioso martyr”<sup>7</sup>. Portanto vamos ter uma confraria para cada tribunal – Lisboa, Coimbra, Évora e Goa.

Instituída no século XVII, a confraria de Lisboa tinha o seu espaço sagrado, embora sem ter capela própria, na igreja do Convento de São Domingos, “mais concretamente na capela do Senhor Jesus e da Virgem do Rosário”<sup>8</sup>. A confraria de Coimbra parece ter tido uma organização efectiva um pouco mais tardia do que Lisboa, isto a julgar pela primeira eleição dos juizes que teve lugar a 1 de Maio de 1620<sup>9</sup>. Nesta cidade, a festa da irmandade tinha lugar na igreja de São Tomás.

<sup>5</sup> Paulo Drumond Braga, “Uma confraria da Inquisição. A irmandade de S. Pedro Mártir (breves notas)”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. II, Ponta Delgada, 1997, pp. 451-452.

<sup>6</sup> Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Temas & Debates, 1996, p. 90.

<sup>7</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 8.

<sup>8</sup> Paulo Drumond Braga, “Uma confraria da Inquisição.” [...], pp. 452-453.

<sup>9</sup> Francisco Bethencourt, *História das Inquisições* [...], p. 91; Lisboa, B.N.L., Reservados, cod. 1497.

3. A Irmandade São Pedro Mártir integrava irmãos que entravam ao serviço do Santo Ofício, não podendo entrar nela pessoas que não fossem ministros, oficiais ou familiares. A entrada era automática, uma vez que o indivíduo ao integrar o Tribunal ficava imediatamente admitido na Irmandade. Mas se no compromisso está escrito que “nesta Irmandade não podera entrar pessoa alguã que não seja Ministro official ou familiar do santo officio, nem para serem Irmaos se dara petição ou se fara informação ou diligencia alguã porque tanto que se entrar no serviço do santo officio logo se havera por admittido a esta Irmandade”<sup>10</sup>, na realidade existiram excepções como a registada em Coimbra, no ano de 1620, onde os inquisidores fizeram publicar um edital datado de 18 de Abril desse ano, no qual, achando que o numero de familiares e ministros não era “bastante para se poder conservar e perpetuar a dita irmandade com a decencia e autoridade” necessárias, ordenaram que pudessem ser admitidos “por irmãos e confrades todos e quaisquer cristãos velhos” que dessem provas da sua limpeza de sangue. Para tal os indivíduos que tivessem os requisitos necessários e quisessem ingressar na dita irmandade deveriam, desde a data da publicação daquela informação, até às primeiras vésperas de São Pedro Mártir, ir dar o seu nome, o de seus pais e avós a Fr. Sebastião dos Anjos, reverendo padre prior do Convento de São Domingos de Coimbra, para que lhes pudessem tirar as informações na forma do estilo do Santo Ofício<sup>11</sup>.

Com o intuito de conhecer a sua forma de organização torna-se indispensável conhecer os seus estatutos, que também podemos designar por compromisso ou regimento. Redigido a mando do inquisidor geral D. Francisco de Castro, tinha como objectivo que todos os membros do Santo Ofício retivessem em viva memória São Pedro Mártir, inquisidor, protector e padroeiro da Inquisição e dotar a irmandade de um conjunto de regras, particulares, pelas quais se regesse a sua acção.

Como escreveu Ângela Beirante, “os objectivos de qualquer confraria repartem-se normalmente por três sectores: ajuda, sociabilidade e funções religiosas que, em muitos casos, andam interligadas. A doença constitui uma das razões mais frequentes que solicitam a ajuda dos confrades que, em caso de gravidade, deviam acompanhar o doente dia e noite.”<sup>12</sup> Também na irmandade de São Pedro Mártir a doença era vista e encarada como uma fase na qual devia ser prestado auxilio entre os irmãos. De tal forma se um irmão adoecesse e fosse necessário fornecer-lhe apoio, o próprio juiz ordenaria que um ou dois irmãos, de entre os que vivessem

<sup>10</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 9.

<sup>11</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 668, fl. 181-182.

<sup>12</sup> Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Edição da Autora, 1990.



mais próximos da casa do combalido, conjuntamente com o andador da irmandade, fossem assistir o doente. Caso o juiz e mais oficiais entendessem que para tal era necessário dinheiro extra era feito peditório de esmola pelos irmãos.

Para reger a associação existiam os seguintes cargos de oficiais: juiz, primeiro mordomo, segundo mordomo, escrivão, primeiro procurador, segundo procurador, andador. O acesso a estes cargos fazia-se através de eleições, que se realizavam normalmente, na tarde do domingo que se seguisse à festa de São Pedro Mártir. Contudo se nesse dia houvesse algum “grande e publico impedimento para se não poder fazer a elleição” era dado recado aos irmãos para que a eleição se realizasse no domingo seguinte<sup>13</sup>. Todos os irmãos se juntavam na sala do Santo Ofício onde sem precedência de lugar iam à mesa votar. Ao juiz cabia a tarefa de julgar “as questões entre os confrades e as contendas relativas a propriedades da confraria”<sup>14</sup>, era eleito a cada ano, salvo nos casos em que o inquisidor geral o quisesse ser, pois dessa forma não eram necessários votos. Era costume que este no ano em que fosse nomeado, desempenhasse o cargo de juiz da irmandade São Pedro Mártir. D. João Cosme da Cunha serviu a irmandade na qualidade de juiz pelo menos desde 1774 a 1782. Não encontramos dados para os anos de 1770 a 1773, contudo, é provável que tenha sido juiz da confraria de Lisboa durante todo o seu mandato como inquisidor geral<sup>15</sup>. Em Coimbra, exceptuando o caso do deputado Francisco de Matos que ocupou o cargo em dois anos, a saber 1770 e 1778, o papel de juiz foi sempre representado por um indivíduo diferente. Assim temos dois inquisidores de Coimbra, Sebastião Pitta de Castro em 1772 e António Vicente de Vasconcelos Pereira em 1773 e nos restantes anos o cargo foi ocupado por diferentes deputados<sup>16</sup>. Os mordomos, gestores dos bens da confraria, tinham que ser familiares do distrito ou, sendo de fora mas vivendo na cidade, tinham que ter licença do inquisidor geral. Apesar de estar estabelecido o número de dois mordomos, encontramos para Coimbra um caso, no ano de 1770, em que foram eleitos três. Tal deveu-se ao facto de não se ter procedido à eleição do escrivão por não haver familiar com as qualidades requeridas para o exercício da função. De entre os mordomos aquele que tivesse mais anos de serviço na Inquisição serviria de tesoureiro da irmandade, ao qual o escrivão faria receita e despesa num livro próprio para tal<sup>17</sup>. O andador ou chamador era a “figura mais popular de todas as confrarias que calcorreava os caminhos para chamar os irmãos a cabido, às vigílias e à

<sup>13</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 10v.

<sup>14</sup> Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias [...]* p.15.

<sup>15</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 159.

<sup>16</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 1497.

<sup>17</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 10.

sepultura dos mortos”<sup>18</sup>. O capítulo 18 do compromisso é dedicado a este cargo: “Havera nesta Irmandade hum Andador selariado o qual não sera Irmao, nem trara divisa, ou insígnia alguã de Andador, mais que andar sem espada, nos actos publicos da Irmandade, e seu ordenado entrara na conta das despesas das esmolas”<sup>19</sup>. Na irmandade o andador tinha entre outras funções, a de recolher as esmolos pelas casas dos irmãos, a de pedir dinheiro pelos irmãos para que fossem rezadas missas pelos falecidos, a de informar do falecimento dos irmãos a todos os ministros, oficiais e familiares, para que estes pudessem proceder ao acompanhamento na forma costumada, e ainda a missão de assistir os doentes caso fosse necessário.

4. O período delimitado no presente estudo compreende os anos 1770 a 1782. No decorrer da investigação da irmandade São Pedro Mártir, servimo-nos do acervo documental existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde encontramos para o período em estudo dois livros de receita das esmolos dadas pelos confrades, nos quais é de igual forma descrito o resumo de receita e despesa da confraria, para cada ano. Os livros aos quais nos reportamos são pertencentes a Coimbra<sup>20</sup> e a Évora<sup>21</sup>. Para Lisboa, no mesmo período, deparamo-nos com uma lacuna na informação, não tendo encontrado os registos que nos permitiriam traçar a evolução da confraria na capital. No caso de Lisboa, existe um livro de receita e despesa<sup>22</sup> desta feita pertencente à irmandade São Pedro Arbués, mas uma vez que apenas abarcava os dois últimos anos do nosso estudo, resolvemos não o integrar no trabalho. Concomitantemente, tivemos acesso, na Biblioteca Nacional de Lisboa, ao compromisso da irmandade de São Pedro Mártir. Com o intuito de traçar o quadro de organização interna que tornava possível a regência da associação servimo-nos de um livro pertencente à inquisição de Lisboa<sup>23</sup> onde são dados a conhecer os resultados das eleições das pessoas que haviam de servir a confraria em cada ano, e de um códice, da Biblioteca Nacional de Lisboa, no qual estão assentes as eleições feitas para os cargos de juiz, mordomo e escrivão.

<sup>18</sup> Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias [...]*, p. 15.

<sup>19</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 14.

<sup>20</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96.

<sup>21</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.

<sup>22</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 81.

<sup>23</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Lisboa, livro 159.



No que ao suporte económico da confraria diz respeito podemos afirmar que são várias as formas de adquirir receitas. A irmandade de São Pedro Mártir estava receptiva à doação de legados. Se por legado, herança ou outra qualquer via a Irmandade ficasse na posse de alguma fazenda, essa deveria ser carregada em receita ao tesoureiro pelo escrivão da irmandade. Cabia aos oficiais desse ano decidir no que se deveria investir a dita receita, conforme a quantidade da fazenda. Esse dinheiro seria gasto em “Renda de Azeite para Alampadas do santo ou ornamentos ou prata e sendo de maior quantia se podera comprar em juro para aliviar aos Irmãos em parte dos encargos da festa e da cera e das mais despesas que costumão a pagar cada anno”<sup>24</sup>. Contudo, se alguma Fazenda de raiz viesse a pertencer à instituição, devia ser vendida em praça pública, pois “a experiência tem mostrado grandissimos inconvenientes em que fazendas desta qualidade sejam administradas por Comunidades E assi se ordena que tanto que a tal fazenda entrar em poder da Irmandade a vendaõ em praça publica arrematando a ao mayor lanço, e o procedido della se empregara em Juro”<sup>25</sup>.

Uma outra fonte de rendimento com a qual a irmandade contava era a quota paga pelos irmãos no momento de entrada, isto é, no ano em que tomavam o juramento. No capítulo 13 do compromisso, referente à esmola, pode ler-se que esta era pedida uma vez por ano a todos os irmãos para despesa das missas dos dias santos, ofício de defuntos, cera da irmandade e ordenado do andador. A quantia dessa esmola estava fixada em pelo menos “hum tostaõ e aos ministros do santo officio se lhes não limitta a esmolla porquanto a costumaõ dar muito mayor.”<sup>26</sup> Contudo, se para o ano de 1692, no estudo realizado por Paulo Drumond Braga<sup>27</sup>, se constata que não existe uma quantia fixa das esmolos, para o século XVIII a quantia parece ser a mesma tanto para familiares como ministros. Se não veja-se o próprio caso de D. João Cosme da Cunha que, em 1737, quando se tornou deputado do Santo Ofício de Coimbra deu de esmola, à semelhança dos restantes indivíduos, ministros ou familiares, a quantia de 2.400 réis<sup>28</sup>. Veja-se ainda, por exemplo, os quadros (3, 4 e 5) das esmolos dadas pelos familiares do Santo Ofício de Coimbra e Évora à confraria de São Pedro Mártir em 1781 e 1782. Nestes dois casos a quantia da esmola foi de 2.400 réis. Sendo a excepção um caso registado em Évora, no ano de 1781, no qual existiu um indivíduo – Joaquim José de Mendonça Pessanha Furtado Carcome – familiar de Beja que deu de esmola 3.200 réis.

<sup>24</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 14v.

<sup>25</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 14v.

<sup>26</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 13.

<sup>27</sup> Paulo Drumond Braga, “Uma confraria da Inquisição.” [...], pp. 454-458.

<sup>28</sup> Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96, fl. 29.

Caso as esmolos de determinado ano não cobrissem as despesas pagavam os três oficiais que no ano em causa estivessem ao serviço do padroeiro. Em oposição, se as esmolos excedessem em demasia a despesa, a quantia em excesso era empregue em cera ou em qualquer outra obra, sendo a situação comunicada ao juiz da irmandade. Os quadros que se seguem indicam, por um lado, o volume de entradas de irmãos na confraria, e por outro, o rendimento, em réis, proveniente das esmolos dadas no ano de juramento.

Quadro 1 – Coimbra

Anos	Nº Irmãos	Receita da esmola
1770	64	153\$600
1771	118	283\$200
1772	126	302\$400
1773	105	252\$000
1774	83	199\$200
1775	24	057\$600
1776	15	036\$000
1777	18	043\$200
1778	17	040\$800
1779	19	045\$600
1780	13	031\$200
1781	33	079\$200
1782	30	072\$000
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>1596\$000</b>

Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96.

Quadro 2 – Évora

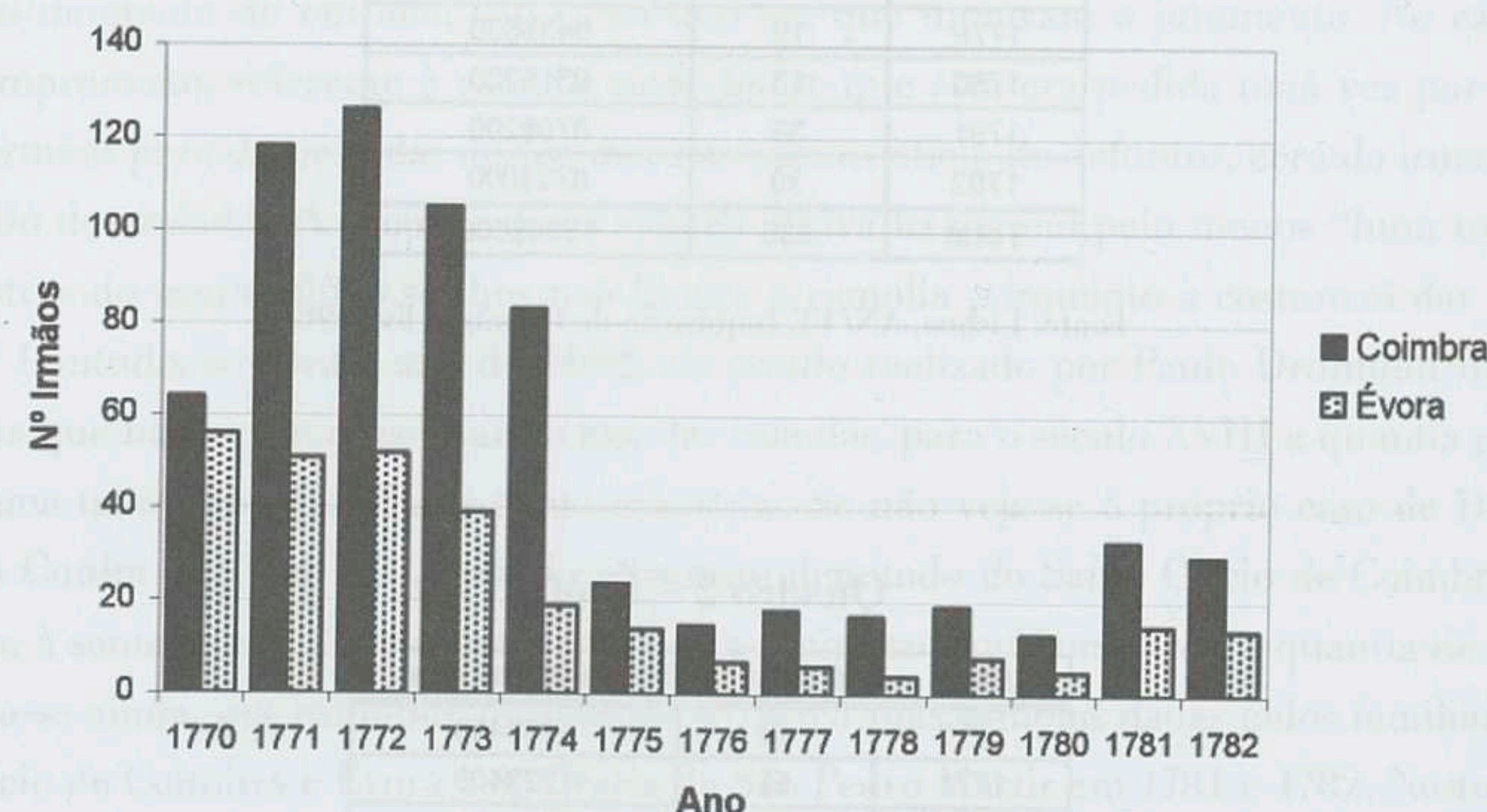
Anos	Nº Irmãos	Receita da Esmola
1770	56	134\$400
1771	51	122\$400
1772	52	124\$800
1773	39	093\$600
1774	19	045\$600
1775	14	033\$600
1776	7	016\$800
1777	6	014\$400
1778	4	009\$600
1779	8	019\$200
1780	5	012\$000
1781	15	036\$800
1782	14	033\$600
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>696\$800</b>

Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.



É possível verificar que Coimbra registou sempre a maior receita de esmolos uma vez que, concomitantemente, o ritmo de entrada dos irmãos na associação, na totalidade dos anos em estudo, é sempre mais elevado do que no caso de Évora. De 1770 a 1782 entraram, em Coimbra, um total de 665 novos membros, permitindo à confraria amealhar 1596.000 réis. Em Évora, a receita proveniente das esmolos foi de 696.800 réis, resultante de 290 novas entradas. Os anos de 1772 e 1780 representaram, respectivamente, em Coimbra os anos de maior e menor receita deste tipo de esmola. No primeiro temos uma quantia de 302.400 réis (126 entradas) e no segundo foram arrecadados 31.200 réis (13 entradas). Já em Évora o ano de maior receita foi o de 1770, com 134.400 réis (56 entradas) e o de menor, o de 1778, no qual apenas se obtiveram 9.600 réis que deram as pessoas que nesse ano fizeram juramento (quatro entradas).

Gráfico 1  
Evolução Temporal do Número de Irmãos



Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.

As esmolos deixadas pelo acompanhamento dos defuntos constituíram uma outra fonte de receita da irmandade. Falecendo um irmão todos os outros eram obrigados a acompanhar o defunto, juntando-se na casa do irmão falecido com velas acesas nas mãos e hábitos descobertos.

Depois deviam acompanhar o corpo, no seu último trajecto, por detrás do caixão<sup>29</sup>. No final da cerimónia o andador cobraria a cera aos irmãos. Todos os membros da associação eram obrigados a mandar dizer uma missa rezada pelo morto. Para tal, era feito um rol pelos oficiais que estivessem de serviço nesse ano e o andador iria cobrar com um dos mordomos, alternadamente, 40 réis de cada irmão. Deste dinheiro era feita receita no momento em que era entregue ao tesoureiro e despesa quando era entregue ao padre sacristão mor de São Domingos para serem ditas as missas.

No que respeita ao caso de Coimbra apenas encontramos registadas como fontes de rendimento o dinheiro que o tesoureiro recebia do seu antecessor, isto é, o líquido do ano anterior, e as esmolos que davam as pessoas que iam tomando juramento. Já no caso de Évora temos outras fontes de receita, nomeadamente no ano de 1781, no qual o tesoureiro recebeu 19.825 réis por seis círios que, por ordem da mesa da irmandade, se haviam vendido à casa para as luminárias das infantas D. Maria Clementina e D. Mariana Isabel e exaltação do Papa Pio VI, dinheiro que a casa devia desde os anos de 1774, 1775 e 1777. Ainda em Évora, mas já no ano de 1783, carregaram-se ao notário José Lopes de Mira, tesoureiro que foi do ano de 1783, 405.751 réis à conta de 642.800 réis que a título de empréstimo<sup>30</sup> se haviam tirado do livro para se suprir igual quantia que a casa não pode satisfazer no ano de 1770 em pagamento da folha das luminárias pela nomeação do Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha. Ficou a casa ainda a dever a quantia de 137.049 réis.

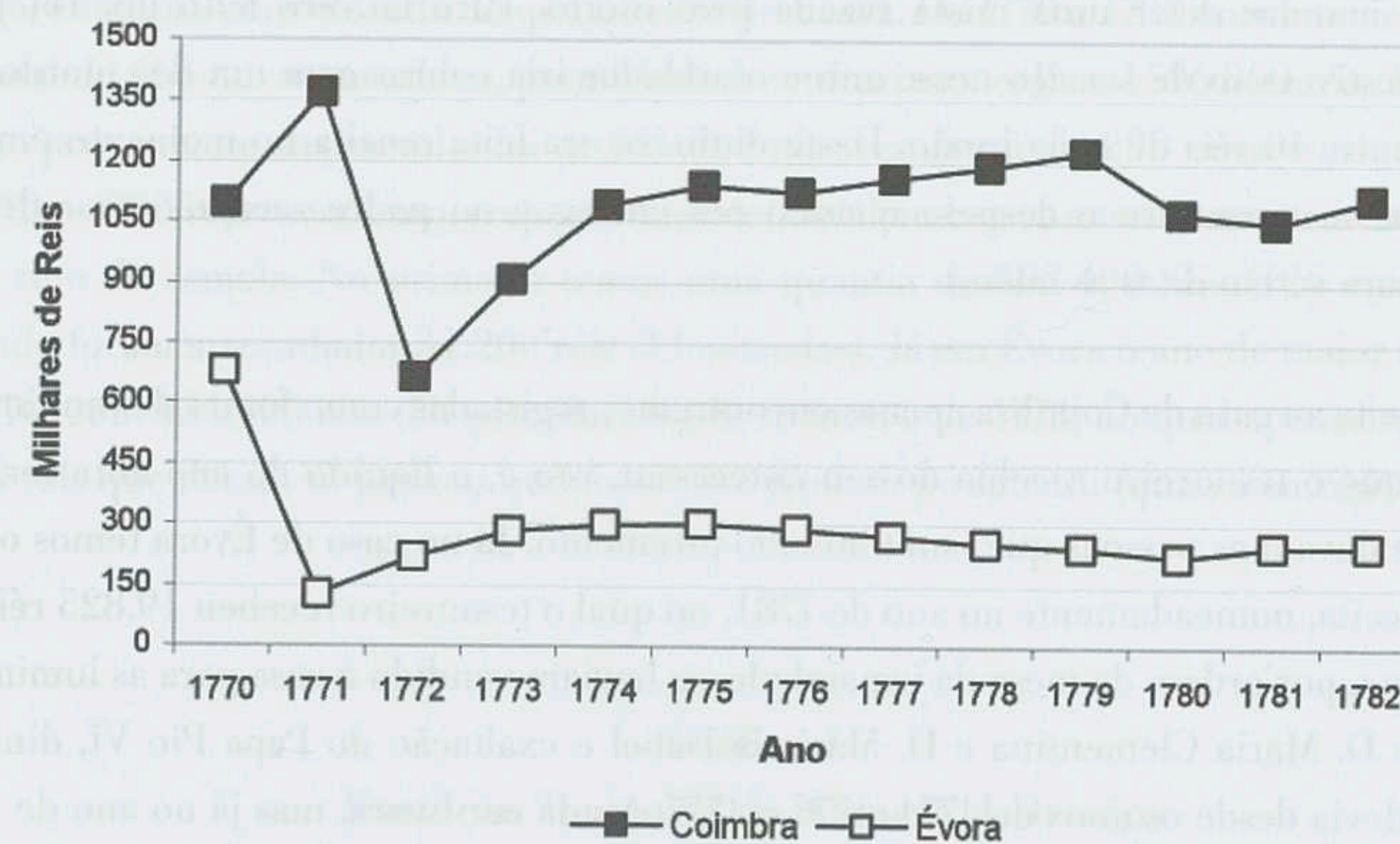
<sup>29</sup> A maioria dos irmãos de São Pedro Mártir era também da Misericórdia. E o acompanhamento referido apenas se procederia se o falecido fosse apenas da irmandade São Pedro Mártir. Isto deve-se ao facto de ter ficado acordado no estatuto que não se juntaria nunca esta irmandade com a da Misericórdia. Devendo, em tais casos, os irmãos que quisessem acompanhar o defunto ir sem círios como pessoas particulares, cf. Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444.

<sup>30</sup> O notário José Lopes de Mira que havia, igualmente, sido tesoureiro no ano de 1770 despendeu a título de empréstimo os 545.931 réis que havia recebido do seu antecessor e 96.869 réis de dinheiro proveniente das esmolos dadas pelos novos irmãos, para perfazer a quantia exacta que faltava para a inteira satisfação da festa, cf. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110, fl. 252v.



Gráfico 2

Receita Geral das Irmandades de Coimbra e Évora



Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.

Quanto às despesas podemos referir que apesar de vários tipos de gastos, existiu um que se verificou todos os anos. Referimo-nos, pois, ao dinheiro dispendido com a armação da festa do padroeiro São Pedro Mártir. Todos os anos, a 28 de Abril, pela tarde, se celebravam as vésperas e no dia 29 a festa. Para estar à altura do acontecimento a igreja, onde a festa ocorria, era ornamentada. Numa cerimónia como a que se pretendia que esta fosse não podia faltar música. Esta era dada pelo juiz e a armação era feita, conjuntamente, pelos dois mordomos e pelo escrivão. Não obstante o facto de a igreja se costumar ornar com o “mays lusido aparato”<sup>31</sup>, notam-se algumas preocupações no sentido de não se exagerar na despesa da festa: “Com tanto que entre todos três se não gaste mais que ate [a] quantia de quarenta e sinco mil reis, para que com esta moderação não haja quem duvide aceitar o serviço desta Irmandade”<sup>32</sup>. Tratando-se da festa do Santo Ofício não convinha que houvesse excessos e portanto estavam proibidas as danças profanas ou comédias, consentindo-se apenas vésperas, missa e pregação, bem como a armação e ornato da igreja<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Durval Pires de Lima, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, pp. 96-97.

<sup>32</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 11.

<sup>33</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 11.

Em Lisboa, na igreja do convento de São Domingos era colocada durante os dois dias uma imagem de prata que durante o resto do ano se guardava no palácio da Inquisição<sup>34</sup>. O inquisidor geral marcava presença assistindo às vésperas e no dia da festa à missa e pregação<sup>35</sup>. De igual forma todos os ministros e familiares estavam presentes trazendo, pelo período de dois dias, vestes com a cruz da divisa da Ordem de São Domingos<sup>36</sup>. No dia da véspera todos os indivíduos ao serviço do Santo Ofício se juntavam para acompanharem o inquisidor geral, ou os inquisidores. A saída do palácio da Inquisição era feita em procissão indo na frente o padre prior de São Domingos. “Como sam tantos e muytos da primeyra nobreza fazem huma comittiva muy lusida à cabeça da Irmandade, que he o Inquisidor geral, precedendo diante com o guiam da Irmandade a gravíssima comunidade dos religiosos de sam Domingos”<sup>37</sup>. O guião era levado pelo padre prior e as borlas por dois religiosos dos mais graves da casa. Chegados à igreja o guião era armado ficando aí de um dia para o outro. Na manhã de 29 de Abril tornavam-se a encontrar, no Santo Ofício, todos os funcionários da Inquisição para de novo, na ordem do dia anterior, acompanharem o inquisidor geral, que defronte à capela do Senhor Jesus e debaixo de um docel assistiria à missa e à pregação. Tanto no dia 28, no momento em que se cantava a *magnificat* e no dia 29 na missa “ao tempo de levantar a Deos” todos os irmãos deviam estar com círios acessos nas mãos, sendo que ao inquisidor geral lhe apresentava o círio o porteiro do conselho<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> Paulo Drumond Braga, “Uma confraria da Inquisição” [...], p. 453.

<sup>35</sup> O pregador era aprovado pelo inquisidor geral e na sua ausência, em Lisboa, pelo Conselho Geral e, nas outras localidades onde residisse o tribunal, pelos inquisidores de distrito.

<sup>36</sup> Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, introdução e verificação de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto, Lello, 1977, p. 365.

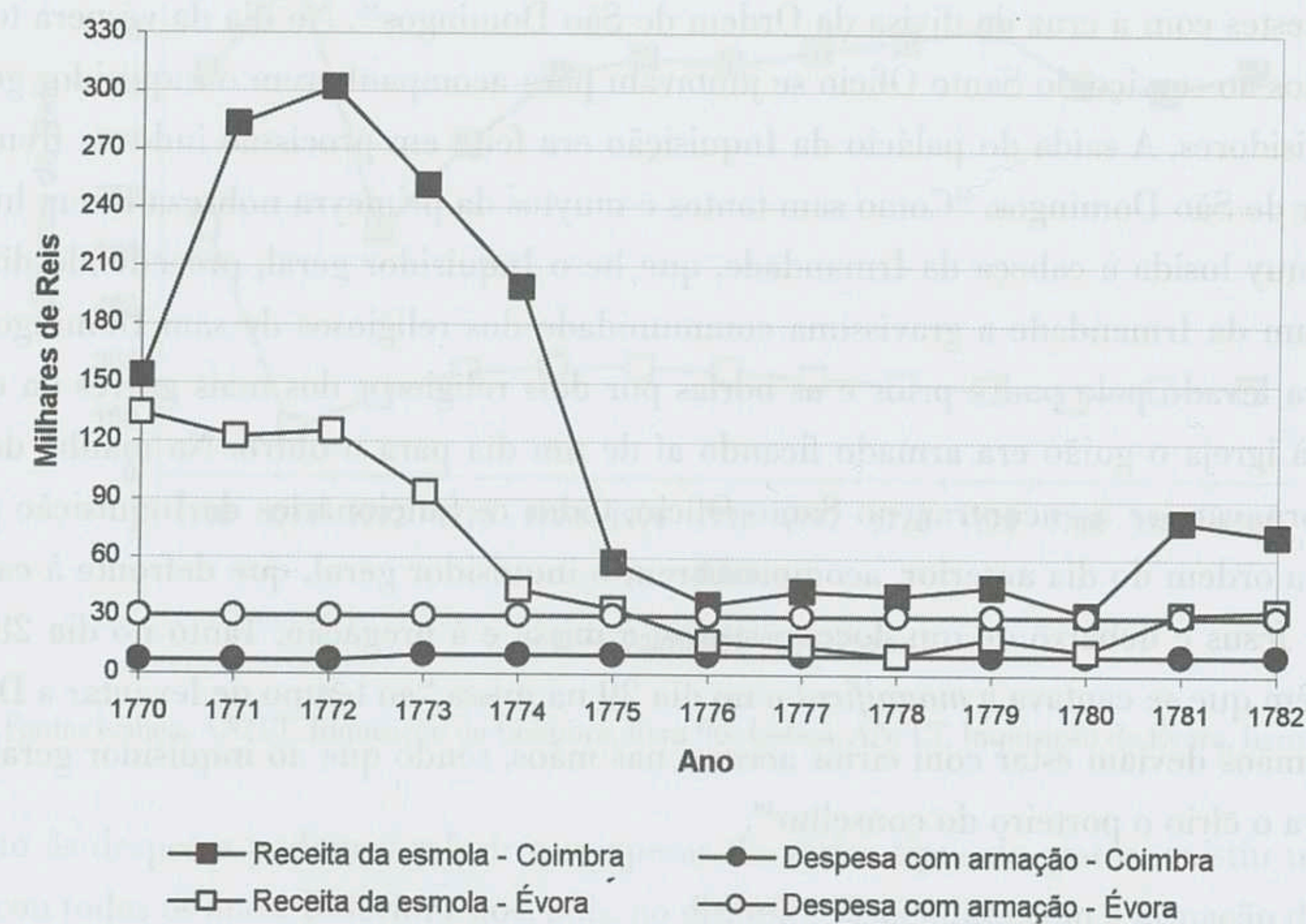
<sup>37</sup> Durval Pires de Lima, *História dos Mosteiros* [...], pp. 96-97.

<sup>38</sup> Lisboa, BNL, Reservados, cod. 4444, fl. 12.



Gráfico 3

Comparação entre as Receitas da Esmola e as Despesas com a Armação da Festa em Coimbra e Évora

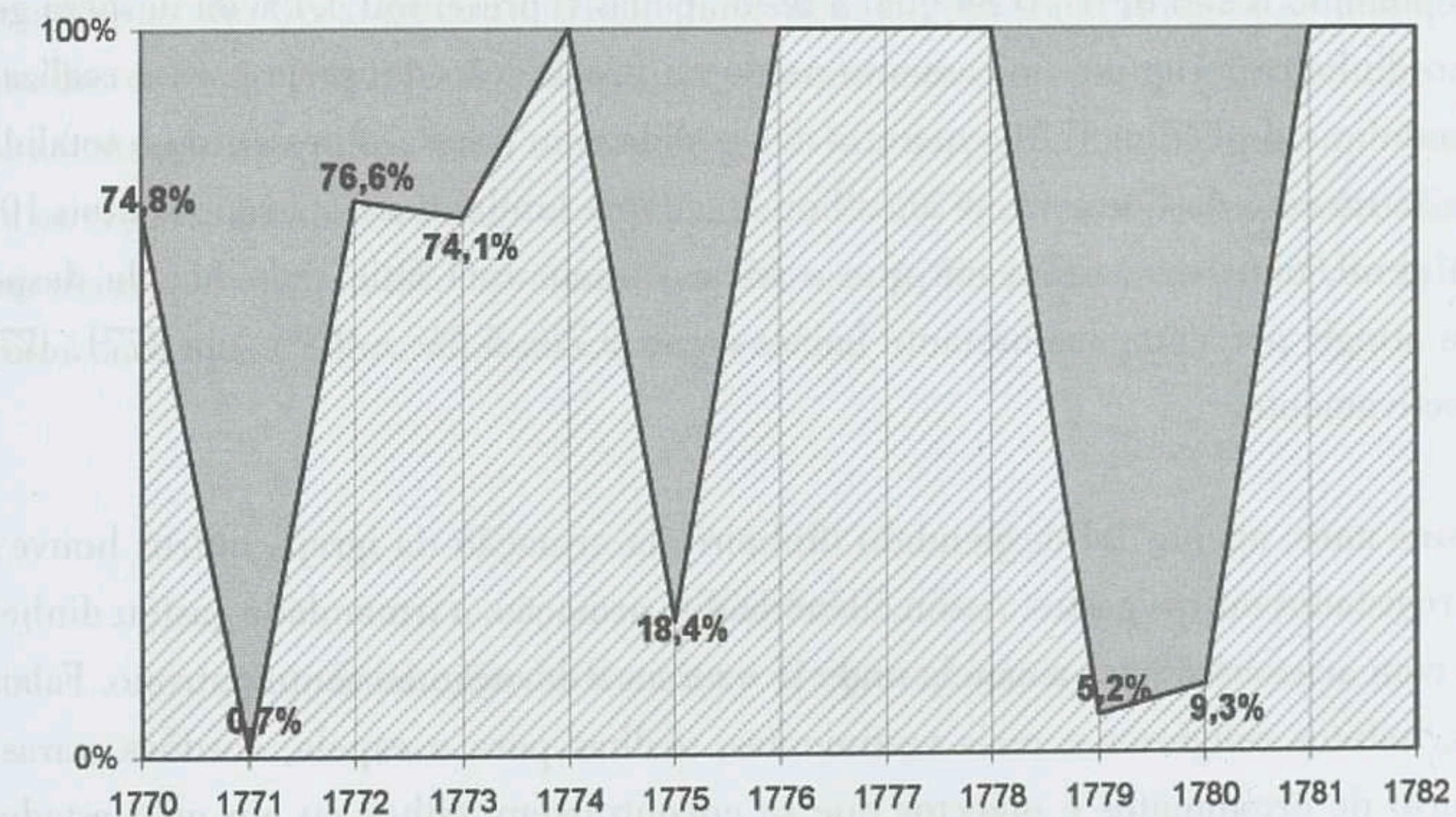


Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96. Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.

No caso de Coimbra, a quantia gasta na preparação da igreja foi bastante reduzida se comparada com os valores que foram dispendidos em Évora. Coimbra, não obstante o facto de registar um maior volume de entradas de irmãos e concomitantemente usufruir de uma maior receita proveniente das esmolas, gastou bastante menos do que a sua congénere de Évora. Enquanto que nesta última localidade se gastou por ano, durante todo o período em análise, 30.000 réis, em Coimbra apenas foram dispendidos 7.200 réis nos anos de 1770 a 1772 inclusive, e 9.600 réis de 1773 a 1782. Em Évora, a quantia gasta com a festa chegou mesmo, durante os anos de 1776 a 1780, a ultrapassar a receita que os irmãos deram no momento de entrada.

Gráfico 4

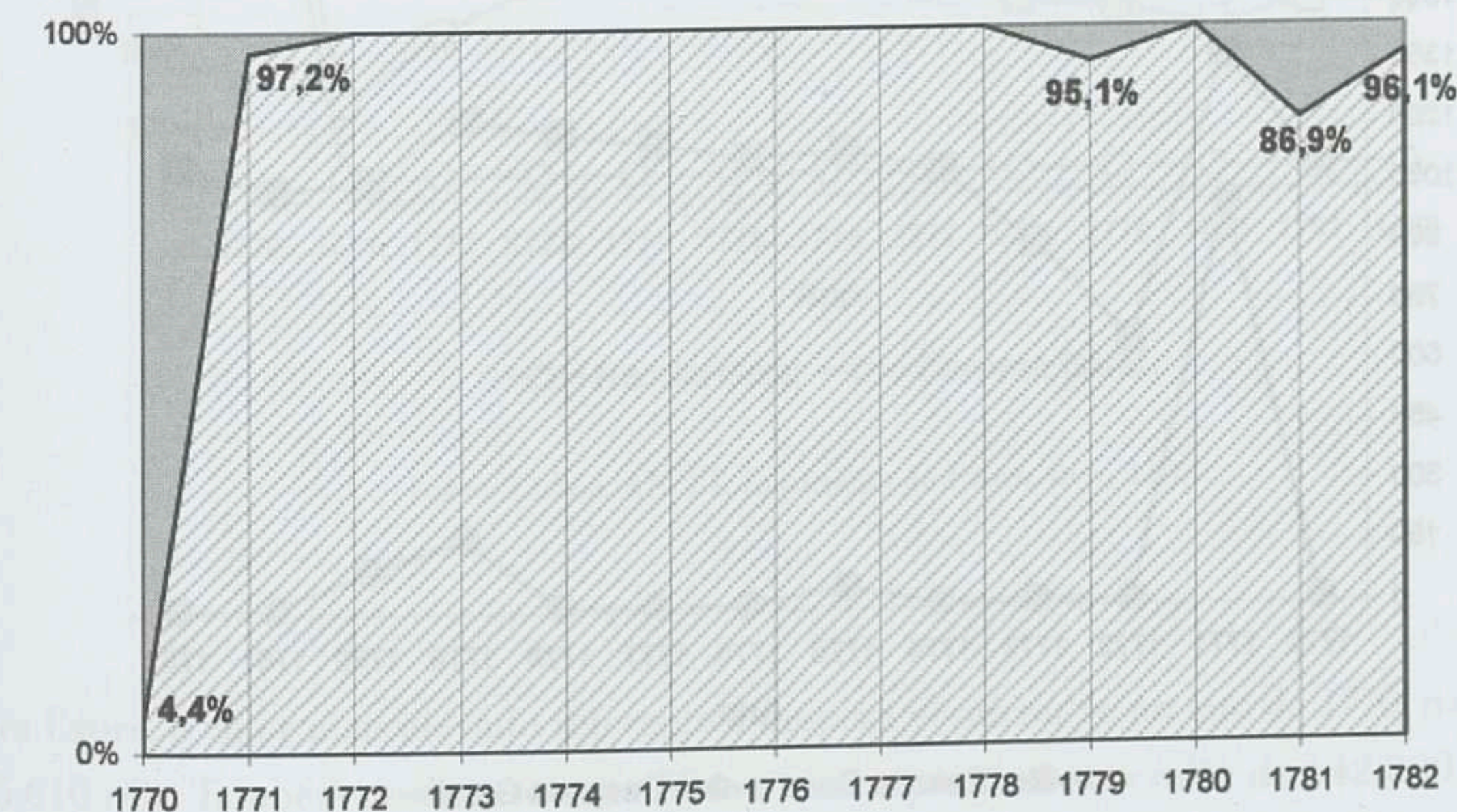
Evolução da Percentagem da Armação da Festa na Despesa Geral em Coimbra



Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96.

Gráfico 5

Evolução da Percentagem da Armação da Festa na Despesa Geral em Évora



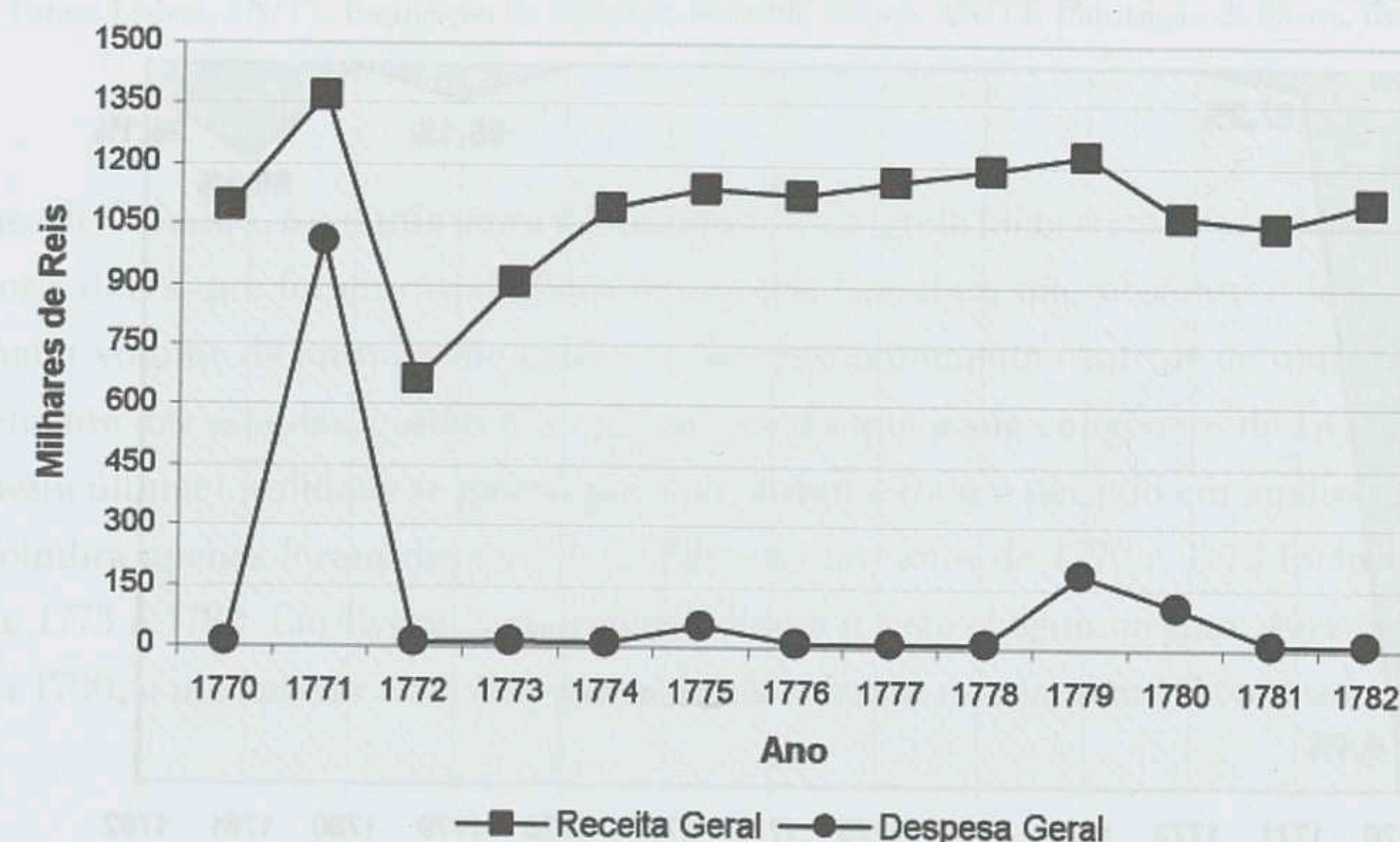
Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.



Nos gráficos anteriores podemos ver qual a percentagem das receitas gerais dispendidas com as armações das igrejas, em Coimbra e Évora, respectivamente. Concluímos, pois, que em Évora, exceptuando o ano de 1770 no qual a festa apenas representou 4,4% da despesa geral desse ano, o dinheiro foi quase unicamente usado na preparação da igreja para a realização da festa, sendo que de 1772 a 1778 a quantia dispendida com a festa representou a totalidade da despesa. Já no caso de Coimbra, se anos houve em que também a festa representou 100% da despesa geral, outros existiram em que a festa ocupou uma fatia reduzida da despesa, chegando a atingir percentagens bastante baixas como 0,7%, 5,2% e 9,3%, em 1771, 1779 e 1780, respectivamente.

Se, em alguns anos, apenas foi dispendido dinheiro na armação da igreja, outros houve em que foram registados outros gastos. Assim, além da dita armação, a irmandade gastou dinheiro, sobretudo, com acessórios para a capela onde se exercia a devoção ao santo patrono. Falamos de esteiras, hábitos religiosos e mais vestimentas, toalhas para a capela, cordões, varas de cera, concerto de ornamentos e objectos que se encontrassem velhos ou em mau estado de conservação, em obras e também em empréstimos.

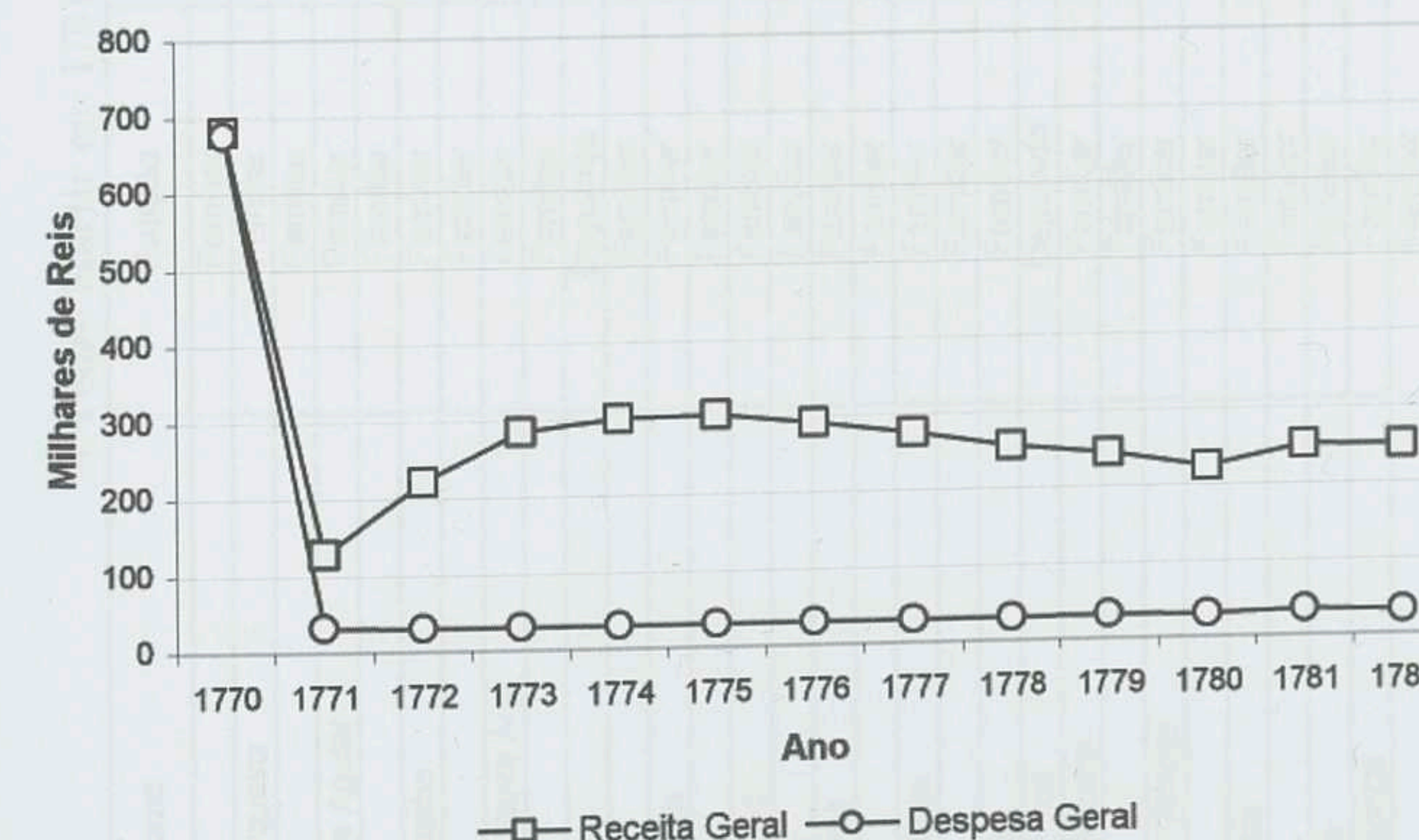
Gráfico 6  
Evolução da Receita e Despesa Gerais em Coimbra



Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Coimbra, livro 96.

O ano de 1771 representou, no caso de Coimbra, o maior valor de despesa, do período em análise, somando 1007.200 réis. Tal deveu-se a um empréstimo, no valor de 1000.000 réis, feito ao Conselho Geral do Santo Ofício por ordem expedida em carta do secretário do mesmo Conselho de 9 de Outubro de 1771. Exceptuando este ano, em que de facto se verifica um pico acentuado no gráfico, para o restante período a despesa estabilizou em valores reduzidos, para se registar novo valor mais elevado no ano de 1779, no qual se despendeu dinheiro com umas obras que haviam sido aprovadas por decreto do Conselho Geral de 20 de Julho de 1779. O valor da despesa nunca ultrapassou o da receita.

Gráfico 7  
Evolução da Receita e Despesa Gerais em Évora

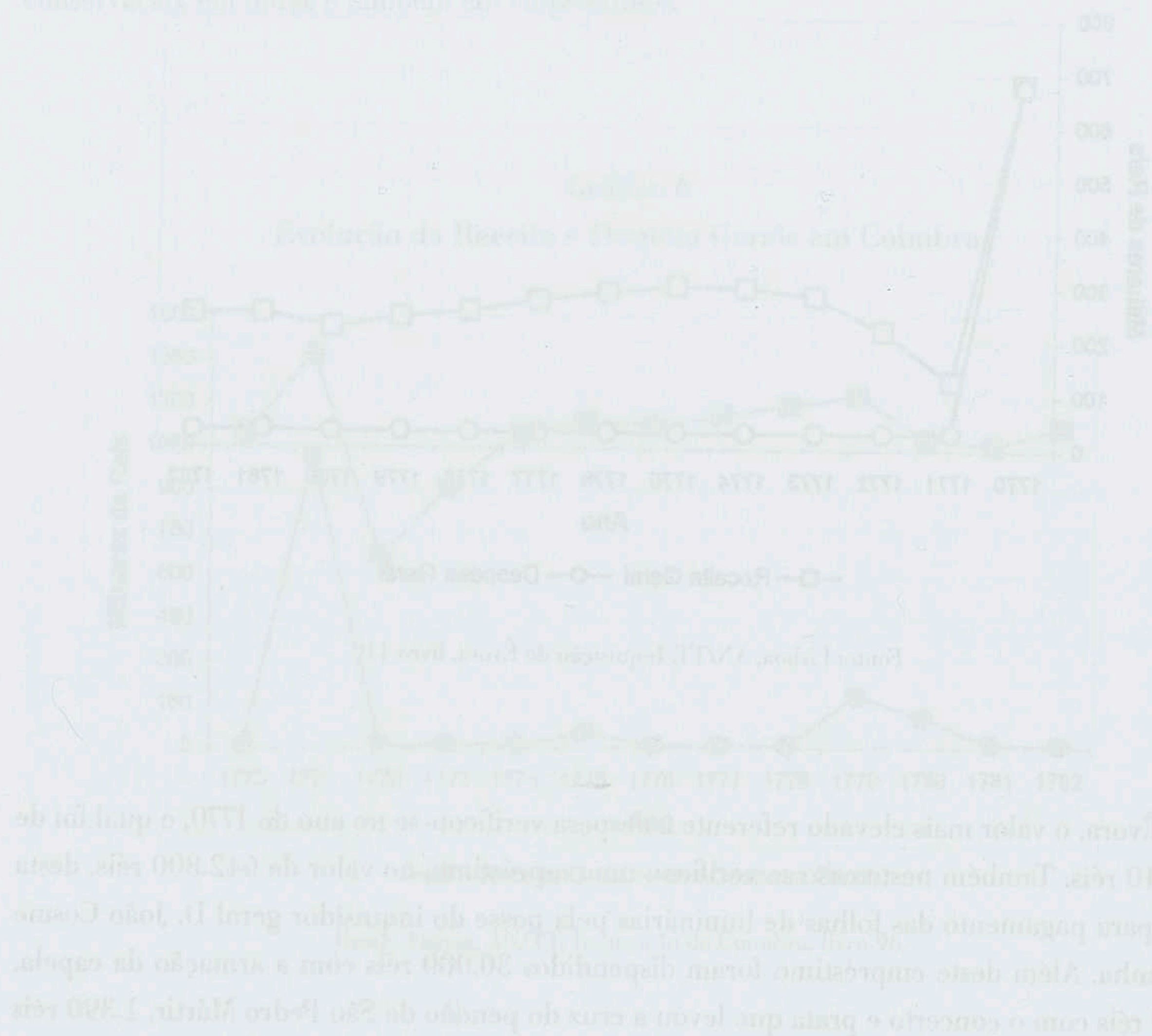


Fonte: Lisboa, AN/TT, Inquisição de Évora, livro 110.

Para Évora, o valor mais elevado referente à despesa verificou-se no ano de 1770, o qual foi de 675.610 réis. Também neste caso se verificou um empréstimo, no valor de 642.800 réis, desta feita, para pagamento das folhas de luminárias pela posse do inquisidor geral D. João Cosme da Cunha. Além deste empréstimo foram dispendidos 30.000 réis com a armação da capela, 1.200 réis com o concerto e prata que levou a cruz do pendão de São Pedro Mártir, 1.390 réis



com a aquisição de dois véus de cálice, um roxo e outro branco, para a capela e 220 réis com várias miudezas para a mesma. Também neste caso a despesa nunca ultrapassou a receita, isto apesar de em 1770 os valores andarem muito próximos: 680.331 réis (receita), 675.610 réis (despesa).



Quadro 3 - Esmolas pelos familiares do Santo Ofício de Coimbra à confraria de

S. Pedro Mártir em 1781

Nome	Função	Quantia (em reis)	Data	Fonte*
António Ribeiro da Silva	Familiar	2400	1781	fl. 133
João Baptista de Silva Cerqueira	Familiar	2400	1781	fl. 133
José António de Abreu	Familiar	2400	1781	fl. 133
José Rodrigues Ferreira de Aguiar	Familiar	2400	1781	fl. 133
Manuel Monteiro	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Alexandre José de Carvalho	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Manuel José Ribeiro	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Sebastião Coutinho de Santa Ana	Familiar	2400	1781	fl. 133
Sebastião Lopes Ferreira	Familiar	2400	1781	fl. 133
Sr. António José Cordeiro	Deputado	2400	1781	fl. 133
Vicente José Pessoa	Familiar	2400	1781	fl. 133
Manuel Francisco Vilas Boas	Familiar	2400	1781	fl. 133
Manuel de Sá Matos	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Manuel António de Castro	Familiar	2400	1781	fl. 133
José de Barros	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Manuel da Cunha Pereira	Familiar	2400	1781	fl. 133
André Alvarez da Veiga	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Manuel Pereira de Amorim	Familiar	2400	1781	fl. 133
Matias de Sousa	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. Manuel José Guimarães	Familiar	2400	1781	fl. 133
Sr. Francisco de Vasconcelos	Deputado	2400	1781	fl. 133
P. João Manuel Ramos Bezerra	Familiar	2400	1781	fl. 133
José Carvalho	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. João Baptista Ferreira Vilhaça	Familiar	2400	1781	fl. 133
P. José António Negrão	Familiar	2400	1781	fl. 133
Francisco Januário do Vale	Familiar	2400	1781	fl. 133
José Coutinho Vale	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
José Fernandes da Costa	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
Ventura Alvares de Mendonça	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
José Guedes da Silva	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
Francisco Jerônimo de Carvalho	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
José Gomes Braga	Familiar	2400	1781	fl. 133v.
Manuel Rodrigues de Pinha	Familiar	2400	1781	fl. 133v.

\*Lisboa, ANTT, Inquirição de Coimbra, livro 96.



\*Lisboa, ANTT, Inquisição de Coimbra, livro 96

<sup>2</sup> Lisboa, ANTT, Inquisição de Évora, livro 110.



